

374

JANETE DAS GRAÇAS REIS

UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE
O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada à
Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
como exigência parcial para obtenção do
título de
MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL,
sob a orientação da
Professora Doutora Maria Lucia Rodrigues.

Biblioteca MA - PUCSP



100026852



BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

*Em reconhecimento a todas as formas de
companheirismo que se fizeram presentes
nesta caminhada.*

RESUMO

Este estudo tem por objetivo desenvolver um intercâmbio entre o Serviço Social e a Educação Ambiental, que possa contemplar novos elementos de compreensão da totalidade da vida humana, em seus aspectos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido, privilegiamos a discussão da dimensão ético-valorativa, como “locus” de desenvolvimento da consciência do ser social em suas relações imediatas e na perspectiva de transformação da sociedade.

A investigação teve por foco a atuação do assistente social em Educação Ambiental, contando com depoimentos de profissionais e com a modalidade de grupo temático, no qual foram abordados usuários de programas desta área.

Através da análise das categorias empíricas que emergiram no processo de pesquisa, procuramos caracterizar o trabalho do assistente social em Educação Ambiental e conhecer o alcance e resultados dos programas desenvolvidos. Intervenção de natureza educativa, a prática profissional do assistente social tem perspectiva interdisciplinar, privilegiando o diálogo contínuo com a equipe técnica, os usuários e demais parceiros. Os depoimentos expressaram, entretanto, uma forma reducionista de compreender e operacionalizar as propostas de Educação Ambiental, segmentando os múltiplos aspectos envolvidos no cotidiano das situações investigadas.

Além do levantamento das atividades, estratégias e objetivos do trabalho, este estudo procurou constituir-se um espaço para emersão do pensamento dos sujeitos de pesquisa sobre Educação Ambiental e qualidade de vida.

A interlocução entre o Serviço Social e a Educação Ambiental aponta para a construção de propostas educativas que privilegiem a participação dos indivíduos e comunidades na luta pelos direitos à qualidade ambiental e das relações sociais, sinalizando novas temáticas no âmbito destas disciplinas.

RESUME

The aim of this study is develop an interchange between the Social Service and the Environmental Education that could contemplate new elements to the total understanding of human life, in its natural, social, economic, politic and cultural aspects. In this way, we favoured the discussion about the value ethics dimension while "locus" of development of the conscious of the social being and its immediate relationships and its perspectives in the society transformation.

The investigation focused the action of the social worker in the environmental Education field, count on professional affidavits and with the modality of the thematic group, in wich were approached users of the programs in this area.

Through the analysis of the empiricism categories that emerged during the research process, we tried to characterize the work of the Environmental Education social worker and realize his/her reach and the results of the developed programs. Intervention of educational nature, the practice of the social worker on this area has interdisciplinary perspective, favouring the continue dialogue with the technical group, users and other partners. The affidavits expressed, however, a reductionist way to figure out and to work with the proposals of Environmental Education segmenting the multiple aspects involved in the daily researched situations.

Besides the activities survey, strategies and the work goals, this study tried to compose some space to the emersion of the subjects thoughts about Environmental Education and life quality.

The conversation between the Social Service and the Environmental Education indicate the construction of educational proposals that privilege the attendance of people and community in the fight in favour of the environmental quality rights and the social relations, marking new thematics in the extent of these disciplines.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	7
Movimentos Ecológicos: Reconhecendo o Contexto	8
Concepções de Ecologia e Educação Ambiental	15
Qualidade de Vida: Valores e Participação Social	25
Capítulo 2: ABORDAGEM METODOLÓGICA	35
O Contexto da Pesquisa	36
Percurso Metodológico.....	41
Capítulo 3: GRUPO TEMÁTICO E ENTREVISTAS	46
Capítulo 4: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .	111
Capítulo 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
Bibliografia	151

INTRODUÇÃO

Nossa intenção ao abordar a temática da Educação Ambiental no âmbito do Serviço Social é procurar estabelecer uma interlocução entre estes dois campos do saber, indicando elementos que já se fazem complementares e outros que precisam de maior aprofundamento principalmente dos assistentes sociais que se dedicam a esta temática.

Pretendemos fazer uma nova contribuição indicando perspectivas teórico-práticas na profissão, através da ampliação dos conhecimentos e estratégias interventivas do Serviço Social, a partir de um diálogo mais aprofundado com a questão ambiental.

O desvelamento de novas possibilidades de trânsito profissional para o assistente social não se relaciona à sistematização de um arsenal de conhecimentos e interpretações sobre a realidade social, mas, sobretudo, implica uma sensibilização para a emergência de novos patamares de consciência, sinalizando para algo que denominamos por “humanização da profissão”. Nossa preocupação consiste em resgatar elementos que possam contemplar outras formas de apreensão da realidade, destacando a dimensão ético-valorativa.

Definimos como objeto de estudo, a atuação do assistente social em Educação Ambiental. Esta opção suscitou ainda o aprofundamento de conceitos e diferentes compreensões sobre qualidade de vida, meta perseguida pelas equipes interdisciplinares que atuam em programas voltados à educação para o meio ambiente e centro das discussões contemporâneas de todos aqueles que se dedicam a pensar e a agir perseguindo patamares qualitativos de vida.

O tema proposto decorre, portanto, de nosso interesse investigativo no campo da Educação Ambiental, do qual temos estado próximos nos últimos anos.

A busca de renovação do papel profissional em diferentes espaços de trabalho sempre nos instigou a extrapolar as fronteiras de conhecimentos pertinentes ao Serviço Social, através do diálogo com outras disciplinas e do trânsito entre diferentes instituições.

Neste percurso, fomos descobrindo a temática ambiental, percebendo sua correlação com a nossa forma de ver o mundo e de compreender as relações entre os homens. Visão de mundo

significa “a trama de representações, conceitos e valores por cuja mediação os homens tecem sua inserção na vida” (Unger, 1991, p.53).¹

Nossa visão de mundo corresponde à compreensão do homem enquanto totalidade biológica, psíquica e espiritual. Esta dimensão relaciona-se ao sentido da existência humana e à possibilidade de mobilizar uma força interior que possa contribuir para formas mais solidárias de vida entre os homens e todos os seres vivos. Refere-se ao fortalecimento da interioridade e do auto-conhecimento, ao refinamento da percepção e à sensibilidade para consigo mesmo e para com os demais seres.

Em nossa prática profissional sempre procuramos nos vincular a propostas de trabalho que pudessem contemplar uma perspectiva mais abrangente das relações sociais, foco de nosso trabalho. Por conta deste posicionamento atuamos em diversas áreas do Serviço Social, como organizações privadas, entidades sociais e ONGs, atendendo segmentos constituídos por famílias, crianças, adolescentes e idosos.

Realizamos também cursos de especialização que trouxeram maior consistência teórica ao nosso cotidiano profissional, como o Curso de Psicodrama Pedagógico e Ciências Sociais; descobrimos que as idéias podem dialogar entre si sem descaracterizar sua especificidade e perder o seu vigor.

Em nossa experiência profissional destacamos o Programa de Educação Ambiental, realizado numa das empresas onde atuamos, que contou com significativa participação dos empregados nos debates e troca de informações sobre a necessidade de preservação ambiental, como um dos caminhos para o exercício da cidadania a ser exercida tanto na vida pública como privada .

Este trabalho teve início em 1994, com reuniões de sensibilização de grupos, através da intervenção de técnicos da Secretaria do Meio Ambiente da prefeitura local; eram realizadas

¹ Nancy Mangabeira Unger, professora de Filosofia na Universidade Federal de Salvador - BA. Autora do livro “O Encantamento do Humano” .

orientações sobre os tipos de lixo e seu tratamento, a necessidade de sua coleta seletiva e o aprendizado de novos valores e comportamentos relativos ao desperdício. Desenvolvemos nestes grupos a discussão sobre meio ambiente e qualidade de vida, utilizando diversos tipos de recursos pedagógicos para a discussão entre a precariedade das condições de vida e os problemas ambientais. Este programa também foi incrementado pela ação de agentes multiplicadores, constituídos por lideranças entre os próprios empregados, que reforçavam as orientações junto aos demais colegas .

No ano de 1998 iniciamos um grupo de trabalho junto à Secretaria de Meio Ambiente de Guarulhos que, além do debate sobre Educação Ambiental, dedicou-se a estudar alternativas viáveis de melhoria do meio ambiente para um núcleo de favela da cidade. Realizamos levantamento geral das condições de infra-estrutura do local, reuniões com lideranças para traçar propostas de ação, coordenação de um grupo de estagiários que realizaram o cadastro dos moradores, entre outras ações. Este trabalho foi interrompido devido ao desmonte do quadro técnico desta secretaria, em função de acontecimentos políticos na cidade, com o afastamento do prefeito em exercício.

Ao escolhermos este tema de investigação, também consideramos que a aproximação com a temática ambiental ainda é incomum no Serviço Social. Encontramos apenas duas dissertações relacionadas à questão ecológica: “Eco-Trabalho Social: do bem estar à qualidade de vida” de Cintia Bonder, 1996 e “O Serviço Social e a Questão Ecológica: uma articulação a ser construída”, de Luciano Silva Gomes, 1997.

Cintia Bonder, através da sistematização dos estudos e pesquisas efetuadas no curso de mestrado de Serviço Social, traz significativa contribuição ao propor a perspectiva de eco-trabalho social, a partir da mudança de paradigma do bem - estar social para a qualidade de vida. Estabelece, inicialmente, uma discussão sobre a modernidade: a filosofia, a cultura, a sociedade industrial e o papel da ciência. Discorre sobre a concepção de Estado como regulador das relações entre os homens, a ausência de preocupação ecológica pelos diferentes sistemas produtivos e padrões de consumo vividos até então. Defendendo a emergência de uma sociedade pós- industrial, aponta os pressupostos éticos para um novo modelo de desenvolvimento.

A autora avança para o que denomina “eco-trabalho social”, ampliando a concepção de bem-estar para qualidade de vida. Para tal, analisa retrospectivamente as políticas de bem-estar social, e incorpora o conceito de desenvolvimento sustentável. Neste, crescimento econômico deve estar atrelado à justiça social, com um quadro de garantias sociais às populações empobrecidas. Finalizando, Bonder configura bem-estar e qualidade de vida, quanto a objetivos, concepção de sociedade, papel do Estado e conseqüências.

A dissertação de mestrado de Luciano Silva Gomes propicia a discussão sobre meio ambiente nos espaços acadêmicos, conforme pesquisa realizada com docentes de Serviço Social, em entidades de ensino de São Paulo, Brasília, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

O autor constata que, apesar da valorização do aspecto ecológico, os docentes não o discutem em suas disciplinas e percebe várias apreensões e categorias que são relacionadas pelos professores à questão ecológica. Gomes contribui ainda discorrendo sobre a cultura, o cotidiano, a globalização e conclui suas reflexões, afirmando a inexistência da articulação entre o Serviço Social e a Questão Ecológica. Aponta a necessidade de inserção desta temática nas discussões de futuros currículos plenos das Faculdades de Serviço Social do Brasil, “a universidade por ser o espaço privilegiado da produção do conhecimento terá na articulação entre o Serviço Social e a Questão Ecológica, a possibilidade de mais um espaço de intervenção na realidade social, histórica e natural ” (p.144).

Estas aproximações à Educação Ambiental nos motivaram a ingressar no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no nível de Mestrado, com o intuito de contribuir para a ampliação do quadro referencial de conhecimentos e estratégias interventivas da profissão, a partir da inter-relação entre os componentes sociais, econômicos, políticos, culturais e do meio ambiente.

Nesta perspectiva definimos como objetivos desenvolver um diálogo entre as propostas de ação do Serviço Social e as propostas da Educação Ambiental, investigando as compreensões de profissionais e usuários sobre a temática ambiental e sobre qualidade de vida, bem como

conhecer os programas realizados. Pretendemos ainda dar visibilidade a este campo de trabalho para o assistente social e contribuir para o avanço desta modalidade de prática.

O "locus" da pesquisa foi a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, a Secretaria Municipal de Habitação e Meio Ambiente de São Bernardo do Campo e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional da Prefeitura de Santo André, espaços nos quais se concretiza a prática profissional do assistente social em Educação Ambiental.

A dissertação se estrutura da seguinte forma: o 1.º Capítulo delinea os pressupostos teóricos que embasaram o presente trabalho; o 2.º Capítulo apresenta os procedimentos que conduziram a pesquisa de campo; o 3.º Capítulo constitui-se dos depoimentos apresentados pelo grupo temático e pelos assistentes sociais, o 4.º Capítulo compõe-se da análise e interpretação da pesquisa e o 5.º Capítulo, finalizando, apresenta considerações indicativas de uma síntese de nossa proposta e dos resultados atingidos na investigação.

Capítulo 1:
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Movimentos Ecológicos: Reconhecendo o contexto

As origens dos movimentos ecológicos remontam o final da década de 60 a partir da constatação dos problemas ambientais ocasionados pelo crescimento industrial dos E.U.A. e países da Europa, que ascenderam economicamente após a II Guerra Mundial. Estes movimentos têm por característica o questionamento do modo de vida consumista difundido pela sociedade capitalista.

Acompanhando as reivindicações dos anos 60 e a emergência dos movimentos ecológicos, a Educação Ambiental é citada pela primeira vez em 1965, na Conferência de Koele, na Grã-Bretanha. Em 1968 é formado o Conselho para Educação Ambiental na Grã-Bretanha. No mesmo ano, na França e países nórdicos, a política educacional aprova a introdução desta área de estudo no currículo escolar.

A questão ambiental ganha fôlego mundial nos anos 70, impulsionada pela crise econômica, pelo aumento da poluição das águas e do ar e pelo reconhecimento da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e exposição do homem aos males do lixo nuclear. Nesta década, também, se intensificam as propostas de Educação Ambiental. Em 1971 ocorre a 1.^a Reunião do Conselho Interamericano de Coordenação do Programa do Homem e a Biosfera.

Em 1972 a Organização das Nações Unidas - ONU promove a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e Meio Ambiente, conhecida como Reunião de Estocolmo, marco histórico como primeiro debate internacional desta questão. A Recomendação n.º 96 reconhece a importância da Educação Ambiental na procura de soluções para o meio ambiente. Neste encontro são formulados uma Declaração de Princípios e o PNUMA - Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente sediado em Nairóbi. Esta reunião, entretanto, é marcada por um conflito de posições entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, ou seja, os primeiros defendendo a adoção de normas internacionais de controle ambiental às quais se contrapunham os países não-desenvolvidos temendo restrições ao crescimento econômico.

O maior controle ambiental, proposto nesta reunião, através de legislação, trouxe como consequência o processo de exportação da degradação ambiental, através de indústrias com alto nível de poluição que migraram para os países subdesenvolvidos.

Os problemas ambientais ganham dimensão global em decorrência desta estratégia equivocada, conforme Copobianco (1992): poluição do ar e da água, buraco na camada de ozônio, destruição de matas tropicais, entre outros.

As discussões sobre questões ambientais ganham destaque cada vez maior em todas as partes do mundo. Em 1973, o PNUMA defende a necessidade da Educação Ambiental em todas as atividades desenvolvidas pelos organismos internacionais.

Em 1975, em Belgrado, foi lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental, a partir do Encontro Internacional sobre esta temática promovido pela UNESCO. O documento final, a "Carta de Belgrado" passa a dar suporte para um projeto desta natureza..

A Conferência Internacional de Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, na Geórgia, apresentou 41 recomendações que embasaram as ações de preservação ambiental em todo o mundo. Dez anos depois, realiza-se em Moscou a II Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, estabelecendo orientações e avaliações desta modalidade de prática educativa no mundo.

Um expressivo relatório é lançado em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, "Nosso Futuro Comum", a partir do levantamento de problemas ambientais em todos os países, coordenado pela primeira ministra da Noruega, Gro-Brundtland. Um de seus resultados é a demonstração da necessidade urgente de nova forma de cooperação internacional para reverter o quadro de destruição do meio ambiente.

Afirma que o subdesenvolvimento do hemisfério sul compromete o futuro da Terra, pois inviabiliza o uso racional e sustentável de recursos naturais. Estabelece o desenvolvimento

sustentável² como meta a ser perseguida pelas nações. O relatório vincula a forma como se processou o desenvolvimento econômico à exacerbação da exclusão social e a efeitos danosos ao meio ambiente.

O Contexto Brasileiro

O contexto que marca o início da preocupação ecológica no Brasil é o da industrialização. Apoiado pelas forças militares, pelo grande latifúndio e pela burguesia nacional, com o suporte do capital internacional, o processo de industrialização brasileiro se desenvolve, através de práticas predadoras do meio ambiente. Os padrões de consumo, a trajetória do desenvolvimento urbano, as formas de uso dos recursos naturais ficam condicionados aos interesses das potências estrangeiras.

No Brasil e em toda a América Latina, a industrialização caracteriza-se pela vinculação da economia nacional às empresas multinacionais, concentração de renda, dependência tecnológica e esgotamento dos recursos naturais da melhor qualidade. Este modelo de desenvolvimento traz a depredação da natureza, sistemas industriais poluentes e exploração da mão-de-obra.

A preocupação ambiental se instaura no Brasil, a partir de pressões de países estrangeiros que passam a condicionar seus investimentos a ações de preservação ambiental. Decorrente da Reunião de Estocolmo, em 1972, são criados órgãos e instituições estatais de meio ambiente. Em 1975, o Decreto n.º 730 estabelece a criação da SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente, hoje extinta e substituída pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Em 1983, cria-se o CONSEMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e o Decreto n.º 24.933, em 1985, organizou a Secretaria do Meio Ambiente.

² Desenvolvimento Sustentável: é compreendido como um modelo de desenvolvimento econômico e social que contempla a proteção aos recursos naturais, a continuidade das exigências do processo de desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. O Relatório Brundtland apresenta como conceituação de desenvolvimento sustentável: "tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim o desenvolvimento sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas". (p.04)

A história do movimento ecológico no Brasil pode ser compreendida em três fases: num primeiro momento destacam-se os movimentos que se auto-identificam como apolíticos, caracterizados pela luta contra a degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais, conservando a independência entre si e a rejeição do caráter político ao dissociar os desequilíbrios ecológicos da configuração de poder na sociedade.

O retorno dos exilados políticos a partir do final dos anos 70 traz novas perspectivas para as discussões ambientais no Brasil. Utilizando as experiências ecológicas que tiveram na Europa, estes militantes passam a criar associações, entidades e grupos de luta pelo meio ambiente, instalando-se inicialmente no norte fluminense, nas cidades de Campos e Macaé, por exemplo, e em Cabo Frio com a luta pela preservação das dunas. O Rio Grande do Sul também tem uma tradição em movimentos ambientalistas. Uma das organizações ambientais de destaque no Rio Grande do Sul, a AGAPAM - Associação Gaúcha de Preservação Ambiental, mobilizou ecologistas na luta contra a Borregaarde, empresa multinacional poluidora das águas do Rio Guaíba, na Grande Porto Alegre.

Na América Latina, o Brasil é o pioneiro em movimentos ecológicos, devido ao desinteresse dos outros países. O Movimento de Defesa da Amazônia³ difunde-se e ganha aceitação pública, propiciando o fortalecimento de uma mentalidade de defesa ambiental no Brasil.

A segunda fase (1982-1985) compreende uma transição a caminho da expansão e politização dos movimentos. O ano de 1982 foi um ano decisivo na redemocratização brasileira, marcado pelas eleições dos governos estaduais. Uma pequena parte dos ativistas se propõe a participar destas eleições, apoiando candidatos que levarem bandeiras ecológicas. Em 1984,

³ Este movimento parte do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas que lá se fixaram há mais de dez mil anos e que hoje reivindicam a criação de “reservas extrativistas” como forma de valorização econômica da floresta, sem a costumeira destruição. A organização não governamental Greenpeace, no primeiro semestre de 1999, incorporou a proteção da Amazônia como sua preocupação básica no mundo, tendo por alvo de campanha, fiscalizar a atuação de dez madeireiras estrangeiras estabelecidas na região. Constitui obrigação legal das empresas extrativistas elaborar um Plano de Manejo, mas na região amazônica, 99% da madeira é extraída de forma predatória.

nova oportunidade de envolvimento político, através da Campanha pelas Eleições Diretas para presidente, mobilizando a maioria dos ecologistas. Um novo eixo vai se delineando para o movimento: a correlação entre a defesa do meio ambiente e as questões de poder que perpassam a sociedade brasileira, ou a relação entre o poderio de grupos econômicos e as ações de destruição ambiental.

O ano de 1986 traz a necessidade de mobilização da sociedade para a intervenção no processo constituinte, configurando o momento de grandes alterações no âmbito ecológico, com a opção ecológica, determinante da terceira fase. A maioria dos integrantes do movimento assume a atividade política, passando a participar da arena parlamentar. Em fevereiro realiza-se, em Curitiba, o 2.º Encontro da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte, com representação de seis estados do sul e do sudeste. São estabelecidos pontos de luta da plataforma ecológica: desenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas, qualidade de vida, justiça social, Educação Ambiental, entre outros. Em maio realiza-se em Belo Horizonte o 1.º Encontro Nacional de Entidades Ecológicas Autônomas, contando com mais de uma centena de associações que debatem os temas: Educação Ambiental, reforma agrária ecológica, comunidade alternativa, relações internacionais e meio ambiente.

A Constituição Brasileira de 1988 avança nestas questões, com a exigência da prática de Educação Ambiental, nos níveis federal, estadual e municipal. Entretanto, é grande a distância da prática, somente em 1991 o governo brasileiro lança um primeiro documento sobre este assunto: “Projetos de Informações sobre Educação Ambiental”, num encarte da Revista Nova Escola.

Em dezembro de 1989, a Assembléia da ONU decide realizar no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 ou ECO-92⁴. Algumas razões motivam esta escolha: as condições sociais do país, os terríveis índices de degradação ambiental, a dimensão territorial e o fato de conter a maior floresta tropical do planeta. Este

4 Tratou-se de um mega evento realizado em junho/92, no Rio de Janeiro, com o desenvolvimento de três conferências simultâneas: UNCED; Fórum Global, contando com representantes de organizações não governamentais de todo o mundo e a Business Council for Sustainable Development.

evento reuniu representantes de 170 países discutindo as condições de vida e habitabilidade da Terra.

No Fórum Global, encontro da sociedade civil que ocorreu paralelamente à conferência oficial, uma vez que esta foi reservada aos representantes dos governos, foi aprovado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Responsáveis e Responsabilidade Global. Um ponto de destaque foi a intensa mobilização da sociedade no mundo, através de inúmeros fóruns ocorridos nos diferentes países para a definição deste Tratado.

Na ECO/92 foram adotadas a Convenção do Clima e a Convenção de Biodiversidade, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para Florestas, tratados que estabelecem diretrizes para a atuação responsável de todos os países, definindo seus direitos e obrigações. Foi elaborada também a Agenda para o século XXI, recomendando ações para garantir um futuro melhor, respeitando o ser humano e o meio ambiente, com justiça social. Uma das ações indicadas propõe que cada cidade faça uma Agenda 21 local, com a participação de toda a população, procurando desta forma consolidar decisões em torno da defesa ambiental.

A Agenda 21 é composta por 40 capítulos relacionados aos objetivos, atividades, instrumentos, necessidades de recursos humanos e institucionais, tendo como temas centrais : dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento; papel dos atores e grupos sociais na organização da sociedade; desafios ambientais que tratam da conservação e gestão de recursos naturais e desdobramentos das iniciativas e projetos ambientais. A Agenda 21 recomenda o fortalecimento do poder público local para atuar sobre as demandas do desenvolvimento e do meio ambiente na ótica do planejamento urbano, em sua interface com a questão ambiental.

A Convenção do Clima e a Convenção da Biodiversidade foram ratificadas pelo Congresso Nacional, em 28/02/94. Em 21/06/94, por decreto presidencial, foram criadas a CIDES - Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável e a Coordenadoria de Mudanças do Clima junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com a responsabilidade de formatar a Comunicação Nacional, contendo um inventário da emissão de gases de efeito estufa, apontando suas fontes

principais e medidas já tomadas ou a serem implementadas para a regularização deste problema ambiental. Participaram da elaboração deste documento especialistas ligados a órgãos públicos, empresas privadas e outras organizações que atuam com o meio ambiente.

A Convenção da Biodiversidade buscou compatibilizar a proteção dos recursos biológicos com o desenvolvimento social e econômico, responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Em dezembro de 1994 criou-se o PRONABIO - Programa Nacional de Diversidade Biológica. A partir de 1995 iniciou-se uma série de negociações com o Banco Mundial, pleiteando apoio para a criação de parcerias entre órgãos governamentais, não-governamentais, instituições acadêmicas e empresas privadas.

Em 1996 a ONU realizou em Istambul a Conferência de Cúpula sobre o Futuro dos Assentamentos Urbanos, o HABITAT 2, no qual o Brasil participou com a comunicação de dezoito experiências. Este evento recebeu delegados de 185 países e cerca de 60 mil pessoas entre delegados, urbanistas, empresários e representantes de ONGs.

No ano de 1997 ocorreu, no mês de março, a Conferência Rio + 5, organizada pela sociedade civil para avaliar os resultados alcançados nas políticas e ações implementadas, conforme as resoluções da Rio/92. Este evento foi possível pela articulação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, da Academia Brasileira de Ciência e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, que promoveram um workshop preparatório para o evento na cidade de Embu - SP, no mês de janeiro de 1997, reunindo 40 participantes entre acadêmicos, pesquisadores, especialistas de órgãos governamentais e ONGs.

Neste ano realizou-se ainda, a I conferência Nacional de Educação Ambiental – 20 anos de Tbilisi, em Brasília, que além das discussões específicas, possibilitou ao Brasil subsídios para participar da I Conferência de Educação Ambiental da UNESCO, na Grécia, em dezembro.

Apesar de várias comunidades e regiões brasileiras adotarem iniciativas embasadas na Agenda 21, as expectativas geradas pela ampla mobilização para as conferências da Rio/92 não estão sendo contempladas. No Brasil, após o impeachment do Presidente Collor, os governos

subsequentes, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não ofereceram condições de continuidade para as políticas públicas de meio ambiente, devido a troca contínua de cargos no primeiro escalão do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. Estes fatos dificultaram o funcionamento dos conselhos, como o CONAMA e o CIDES, além da inadequação de verbas para ações necessárias. Nos últimos anos os processos de privatizações também ameaçam o cumprimento das convenções adotadas, pois se as novas empresas passarem a relevar apenas a relação custo-benefício, serão privilegiadas medidas de curto-prazo, relegando as estratégias de pesquisa e de projetos-pilotos que respaldam um conhecimento mais aprofundado dos problemas ambientais.

No entanto, alguns avanços já se fazem notar no cotidiano do poder público de determinadas cidades brasileiras, como a experiência do CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista, na região metropolitana da Baixada Santista que reúne população, poderes municipal e estadual na discussão e busca de soluções para problemas de desenvolvimento sustentável, através de Câmaras Temáticas relacionadas a transporte, saúde, educação, meio ambiente. Estas Câmaras têm prazo de 60 dias para apresentar planos de trabalho, através de debates entre os participantes.

No dia 27 de abril de 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei n.º 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que deverá articular os órgãos e entidades integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, juntamente com Estados, Municípios e as organizações não-governamentais atuantes nesta área. A regulamentação desta Lei, a ser efetivada pelo Poder Executivo, deverá contemplar a consulta ao Conselho Nacional de Meio Ambiente e ao Conselho Nacional de Educação.

Concepções de Ecologia e Educação Ambiental

Encontram-se diferentes concepções em torno das temáticas da Ecologia e da Educação Ambiental. Dentre elas, destacamos a posição de Edgar Morin que trata a Ecologia como um

conjunto de idéias que podem propiciar a necessária reforma do pensamento, em busca da construção de uma nova civilização.

O pensamento de Edgar Morin ⁵ sobre Ecologia concorre para a perspectiva que norteia este estudo, ao relevar o enfoque desta ciência que propõe, pioneiramente, tratar da totalidade da vida, numa visão sistêmica, com princípios hologramáticos ⁶.

A Ecologia nos remete a apreender as interações homem, natureza, cultura que se combinam na transformação do mundo natural e na criação das civilizações.

Morin associa a perspectiva teórica da interdependência dos sistemas vivos, no qual o homem é definido pela “inserção numa natureza inserida nele mesmo, ao mesmo tempo que dela se distingue” (1991 b) com o reconhecimento da complexidade destes sistemas, em suas dimensões naturais, sociais e culturais.

Assinala o autor que a ciência ecológica e outras ciências da Terra são precursoras de

⁵ Edgar Morin é filósofo francês, diretor do Centro de Estudos Transdisciplinares da École Pratique de Hautes Études en Sciences Sociales e presidente da Association pour la Pensée Complexe. Destacam-se em sua obra os livros, o Paradigma Perdido, o Método (4vols) e O Homem e a Morte.

⁶ quer dizer, da compreensão que não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte; uma célula contém o todo genético do indivíduo e vice-versa, o indivíduo é parte da sociedade e a sociedade também está em todo indivíduo, através da cultura, linguagem, etc.

A perspectiva hologramática fez parte do pensamento filosófico oriental (Hinduismo, Budismo, Taoísmo) e ocidental (filósofos pré-socráticos que não isolavam a ciência da filosofia, da arte, da poesia e mística), estando presente também em Leibniz no século XVII, com o conceito de mônada, partículas indivisíveis e em constante movimento, que contém informações e propriedades de todo o universo.

um novo paradigma, ou o Pensamento Complexo ⁷, que evitando as rupturas e as disjunções, propõe a comunicação entre as áreas do saber para uma percepção integrada do indivíduo e seu meio ambiente. A Ecologia conclama para o exercício do diálogo, voltado à preservação e à valorização da vida, acena para a mudança de consciência no nível individual e coletivo. A Ecologia, portanto, não deve ter preocupações circunscritas apenas aos perigos de catástrofes no meio natural, mas voltar-se também a recusar as disjunções, associando os domínios do saber, superando as especializações. Deverá propiciar a reforma e transformação do pensamento, em vista de uma nova civilização, através da revisão de valores e da participação social.

As contribuições do autor no campo da Educação Ambiental igualmente se encontram na temática da “teoria da ação”, na qual desenvolve um conjunto de idéias sobre a “ecologia da ação”. Esta teoria aborda o problema da relação entre intenção, ação e resultado das ações humanas, reconhecendo que a incerteza sempre acompanha a efetivação das intenções. As intenções humanas agem e reagem no mundo e nem sempre concretizam o que foi previamente planejado, pois sua efetivação está condicionada a uma escolha entre possibilidades de ação, uma aposta. Depende também da estratégia que formata previamente um cenário de ação e encampa as novas informações que recebe, modificando o percurso planejado.

Dentro destes pressupostos, Morin afirma que a “ecologia da ação” compreendendo a incerteza, a aposta e a estratégia, tem implicações éticas, pois refere-se a escolhas humanas entre possibilidades que se vislumbram nos diferentes cenários. Neste sentido, a ética refere-se às escolhas individuais que cada um realiza, dentre valores e ideais, ou, dentre suas finalidades. Importa, ainda, o nível de integração destas finalidades no interior do homem e uma atitude coerente que não descarte as opções feitas, mesmo que elas não se realizem.

⁷ Morin desenvolve um conjunto de pressupostos epistemológicos sobre o problema da complexidade, elaborando o que denomina o Pensamento Complexo, ou um nível de apreensão da realidade que tem por características a pesquisa, a integração de informações, a percepção das relações entre as diferentes instâncias do real, retro-alimentando-se com novas informações. O Pensamento Complexo não se coloca como finalizado, mas em eterna tensão entre a incompletude do conhecimento e a busca de novos elementos. Sobre este tema ver “Introdução ao Pensamento Complexo” e “Ciência com Consciência”.

A “auto-ética” ou o ato de proceder escolhas leva o homem a lutar por suas finalidades mesmo, e, principalmente, por contar com a incerteza do resultado de suas ações. O exercício da liberdade individual para tomada de decisões demanda uma consciência ética da responsabilidade para com o conjunto da sociedade. A liberdade deve existir com o sentimento de comunidade e solidariedade e com o reconhecimento da complexidade, perpassando as relações sociais. Ressalta o autor que somente o reconhecimento da complexidade poderá ensejar ações comprometidas do homem consigo mesmo e com os outros.

Para Morin, a ética de complexidade é uma ética de compreensão:

“Essa ética se explicita quando compreendemos que cada ser humano é, ao mesmo tempo, múltiplo em sua unidade, que ele não é o mesmo quando está apaixonado ou enraivecido, que ele mesmo pode viver situações que o fazem pegar outro caminho, em vez do que deveria” (1997, p.22).

As reflexões do autor sobre a abordagem sistêmica da Ecologia encontram ressonância nas propostas de Educação Ambiental, modalidade de prática educativa que se situa no bojo das discussões ecológicas, formatando suas propostas de ação. A Educação Ambiental, embasada nos conhecimentos da ciência ecológica, também reclama uma perspectiva de totalidade na compreensão de seus pressupostos, que se referem à inter-relação entre os sistemas vivos, o meio natural e o mundo cultural. Ou seja, o seu tratamento conceitual demanda a apreensão das interações de uma multiplicidade de fenômenos físicos, biológicos, psicológicos e culturais.

Os posicionamentos de Morin sobre as questões éticas valorativas que se encontram na temática ambiental, encontram ressonância nas propostas de Educação Ambiental que, voltadas ao desenvolvimento de ações preventivas de defesa do meio ambiente, estão fundamentadas em princípios, diretrizes, objetivos e concepções que se referem a uma mudança de mentalidade, no âmbito individual e coletivo para a preservação da vida no planeta. Neste sentido a “Ética de Solidariedade” desenvolvida por Morin (1997) também propõe um novo modo de relação do homem para consigo mesmo e para com o conjunto da sociedade. Partindo do reconhecimento da incerteza, elucidada pelo Pensamento Complexo, admite-se a emergência de contradições, de

erro. Convivendo com a incerteza, o homem é levado à participação e religação com os outros homens.

A idéia de religação sugere um sentido de valorização da existência humana e da ultrapassagem dos limites de sexo, raça, classe social. A construção de valores para uma nova ética proposta pela Educação Ambiental indica a possibilidade de uma convivência social, que respeite as diferenças individuais para um projeto social, que se traduza em maior equidade e justiça social.

Neste sentido as concepções que procuramos recuperar sob o enfoque da totalidade dos sistemas vivos, geram a compreensão da Educação Ambiental como uma dimensão da Educação “que inclui, na sua ação, a vivência da biodiversidade, considerada em seu sentido mais amplo, ou seja, compreendendo a diversidade cultural, regional e biológica” (Weid, 1993, p.46). Para alcançar um tipo de compreensão mais aprofundada, esta modalidade de prática educativa demanda de seus agentes, uma percepção mais exaustiva sobre o meio ambiente, considerando toda a gama de fatores que o integram. Como campo aplicado da Ecologia, a Educação Ambiental tem por proposta uma nova visão de realidade, ancorada na consciência da interdependência dos fenômenos físicos, biológicos, psicológicos e culturais, transitando entre as fronteiras disciplinares.

O projeto civilizacional a que se refere a Educação Ambiental compreende a emergência de novos valores e ações, que possam propiciar a transformação humana e social e a preservação ecológica. Ou seja, faz alusão a uma nova cultura planetária, voltada ao equilíbrio entre as múltiplas dimensões da vida em seus aspectos naturais e sociais.

A transformação do homem e das estruturas sociais inicia-se com uma renovada percepção da realidade na qual busca-se a compreensão do próprio homem enquanto totalidade biológica, psíquica e espiritual. A necessidade desta percepção ampliada e aprofundada é desenvolvida por Unger, que trabalha os temas ecologia e espiritualidade, como um modo filosófico de ser que “procura reconciliar o ser humano com o universo” (1991, p.14). Inicialmente a autora apresenta uma reflexão crítica sobre o paradigma da modernidade, onde a

liberdade humana é medida pela capacidade do homem fazer as próprias leis, recusando todas aquelas inerentes à natureza e ao cosmos. Esta busca sem limites do domínio da natureza e do crescimento material, abafou no homem suas potencialidades espirituais que poderiam proporcionar-lhe mais plenitude em suas relações consigo mesmo e com os demais.

A sociedade capitalista, movida pelo racionalismo extremo, também empobreceu as formas de convívio social. As redes familiares, de amigos, vizinhança, foram cerceadas, impelidas a desaparecerem ou ■ se enfraquecerem pela necessidade de otimizar o tempo, disciplinar o pensamento, conter a palavra.

Unger atribue a Max Weber a expressão “desencantamento do mundo”, compreendido como necessário ao desenvolvimento da sociedade capitalista, reduzindo a natureza aos aspectos produtivos e os homens à categoria de objetos. Resgatar a interioridade humana é voltar-se ao “encantamento do mundo”, ao novo olhar e postura frente à existência humana, à natureza e ao cosmos (p.56). Refere-se também à elevação do nível de consciência, através do autoconhecimento, da reelaboração das relações interpessoais com todos os seres vivos, desenvolvendo a criatividade e o lúdico.

Unger afirma que a “compreensão do Ser como mera objetividade...” (p.56) é um dos fatores que ocasiona a crise que vivemos nos dias atuais, caracterizada por ser uma crise de ordem ontológica. Para alteração deste quadro é necessária uma nova visão da realidade, reconhecendo a alteridade e desenvolvendo as responsabilidades individuais para com o conjunto da sociedade. Esta nova ética de convivência entre a comunidade humana e de todos os seres vivos, com destaque para os aspectos qualitativos da vida, enseja a transformação das relações sociais para o âmbito da qualidade de vida. Apesar da prevalência do “poder da mercadoria” em nossa sociedade, a humanidade busca novos caminhos. O movimento ecológico é um exemplo da procura da complementaridade das esferas individual, social e política. Expressa causas que interessam a todos, defende mudanças no cotidiano para a transformação de nossa sociedade. Aumenta, a cada dia, a consciência de que a crise ecológica é também a crise de um modelo de civilização, cujos valores têm que ser revistos para um maior equilíbrio da vida no planeta.

Contribuindo para o debate da interioridade humana, no que tange à formação de um pensamento crítico, Rodrigues (1998) elabora uma concepção de consciência intuitiva que articula racionalidade e sensibilidade:

“ Por consciência intuitiva entendemos uma forma de consciência privilegiada que abarca dois tipos de conhecimentos: o racional, expresso por algum tipo de lógica, de atividade que requer concentração, pertencente ao domínio do intelecto, da capacidade compreensiva, analítica; o intuitivo sensível, decorrente da percepção peculiar, baseia-se na experiência direta, exprime o caráter inventivo e criador. Embora pouco reconhecido, o conhecimento intuitivo é responsável por descobertas e criações desdobradas das descobertas, mesmo que leve algum tempo dar-lhes uma forma concreta” (p.94).

O desenvolvimento da consciência intuitiva, poderá oportunizar maior apreensão da realidade, onde um processo permanente de construção do conhecimento sinalize para níveis mais profundos da vida humana.

A dimensão da interioridade não é comumente abordada nos espaços acadêmicos por sua conotação “pouco científica”, decorrente da multiplicidade dos aspectos em que se constrói e não daqueles exclusivos de um tipo de racionalidade. No Serviço Social, a falta de discussão desta dimensão, muitas vezes, leva o profissional a relevar os aspectos sócio-econômicos da problemática apresentada, não compreendendo os desejos, aspirações, crenças, modos de ser dos indivíduos e dos grupos com os quais atua.

Outra dimensão é recuperada por Reigota⁸, ao concebê-la como uma proposta educativa, que procura superar a simples transmissão de conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais e indicar a importância da participação dos cidadãos nas decisões sobre os problemas ambientais. Nesta perspectiva ela assume um caráter político, no qual o questionamento sobre os objetivos das ações de preservação ambiental importam mais que a forma de operacionaliza-las.

⁸ Marcos Reigota fez pós-doutorado na Universidade de Genebra, discutindo a Educação Ambiental na América Latina. É doutor em Pedagogia da Biologia pela Universidade Católica de Louvain, fez mestrado em Filosofia da Educação na PUC – SP. É pesquisador e professor na UNICAMP e USP.



“A Educação Ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (1994, p.10).

A Educação Ambiental portanto, privilegia o exercício do diálogo entre gerações e culturas, onde possam emergir as diferenças, contradições, necessidades não satisfeitas e, através de atitudes de respeito e negociação, desenvolver objetivos em planos comuns, contemplando a diversidade de formas de vida. A participação no debate e encaminhamento dos problemas ambientais deverão existir nas ações cotidianas e no nível macro-político. Para Reigota, a Educação Ambiental é uma educação política em que a condição básica é a democracia:

“No meu ponto de vista, é por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características de vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas idéias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativas de vida; níveis de consumo e participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução dos problemas ambientais que preocupam a todos” (p.28).

Embora seja recente sua trajetória histórica, a Educação Ambiental já dispõe de documentos que integram conhecimentos significativos e relevam a importância da participação dos cidadãos no equacionamento dos problemas sócio-ambientais. Como a Carta de Belgrado, formulada no encontro entre especialistas de Educação, Geografia, História e outras áreas afins, na cidade de Belgrado, em 1975, que lhe aponta os objetivos:

. “Conscientização: levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e de problemas complexos e de se mostrarem sensíveis ao mesmo.

. Conhecimento: levar os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão essencial do meio ambiente global, e dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano.

. Comportamento: levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade.

. Competência: levar os indivíduos a adquirir o *savoir-faire* necessário à solução dos problemas.

. Capacidade de Avaliação: levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa.

. Participação: levar os indivíduos e grupos a perceber suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais”.

O conjunto de fatores que integram os objetivos específicos da Educação Ambiental, conforme a fonte citada, reportam-se à dimensão subjetiva, referindo-se à mudança de nível de consciência para maior sensibilidade aos problemas ambientais, a uma percepção mais integrada do meio ambiente, à revisão de valores que propiciem motivação para a preservação do meio. Os aspectos de natureza objetiva também são contemplados e relacionam-se com aquisição de conhecimentos e competência técnica, desenvolvimento de instrumentais e habilidades para realizar avaliações de ações e programas. Ressalta-se, neste sentido, que a avaliação deve percorrer uma gama de fatores, que perpassam as esferas política, econômica, social e outras.

Salum (1996) resgata a importância de eventos como a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em Tbilisi, capital da Geórgia, em 1977, que propiciou a sistematização de conhecimentos na área de Educação Ambiental, definindo como meta básica:

“(...) fazer com que os indivíduos e as coletividades compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do criado pelo homem, resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais, e adquiram os conhecimentos, valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente na preservação e na solução dos problemas e na questão da qualidade do meio ambiente” (p.19).

A meta básica a ser alcançada pela Educação Ambiental faz alusão ao reconhecimento da natureza complexa da relação homem-cultura, decorrente de ampla gama de fatores que nela intervêm, configurando o mundo natural e social. Neste sentido, a meta proposta corresponde às reflexões de Reigota sobre a participação, no encaminhamento das questões ambientais, considerando que elas interferem na configuração da qualidade de vida.

A concepção desta área de estudo, delineada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado na Eco/92 afirma que:

“Educação Ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizado permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas que conservam entre si relação de interdependência e diversidade...”.

Todas as propostas, tratadas nestes documentos e eventos, ressaltam a necessidade de mudanças de atitudes, valores e comportamentos de todos os atores (mercado, Estado e sociedade civil) no que concerne aos bens ecológicos. Há que se considerar a Terra como um bem comum cujos recursos são esgotáveis. Os valores em Educação Ambiental sugerem mudanças de hábitos para um estilo de vida mais solidário e coletivo, voltado à transformação humana e social e à preservação ecológica.

É nesta perspectiva que se instala nosso objeto de estudo, procurando investigar em que medida o trabalho do assistente social, em programas e atividades de Educação Ambiental, contribui para a formação de uma consciência que integre as dimensões sociais e ecológicas, na perspectiva de concretização de ações embasadas numa “Ética de Solidariedade”.

A Educação Ambiental reconhece a complexificação das relações do homem com outros seres vivos e o ambiente, especialmente nos meios urbanos, onde a concentração da população sem o necessário planejamento e suporte de políticas públicas ocasiona a saturação do ambiente. Aponta a necessidade de novas reflexões sobre as relações do homem com o meio natural. Marcadas por intensa manipulação das necessidades humanas, através de sua uniformização e criação de demandas de certos produtos, as relações homem-natureza colocam os recursos naturais e formas de vida a serviço da ânsia de consumo do homem. Assim, são gerados o esgotamento das fontes naturais, a poluição atmosférica e dos recursos hídricos, o desmatamento e a erosão do solo, os problemas de saúde pública, entre outros.

Tendo por proposta a educação do homem para a cidadania local e planetária, a Educação Ambiental não pode desconsiderar, para a composição de alternativas sociais, a depreciação da qualidade de vida cada vez maior, com altas taxas de analfabetismo, aumento do número de crianças em situação de risco social, a massificação da sociedade de consumo via mídia, o avanço da exclusão social, entre outros, especialmente no terceiro mundo.

No caso brasileiro, o tratamento da questão ambiental e sua formulação através de propostas educativas ainda é bastante controverso, indicando um descompasso entre o discurso do governo governamental e as práticas efetivas. Ao lado de iniciativas das ONGs, reconhecidas mundialmente, como a S.O.S. Mata Atlântica, temos a falta de políticas governamentais comprometidas principalmente no âmbito da educação de base.

Ainda há um longo percurso a ser percorrido pelas instituições públicas brasileiras nesta área, ocasionado pela falta de políticas públicas, o que vem a gerar um déficit que comprometerá a qualidade de vida das gerações futuras, que viverão mais intensamente as seqüelas da poluição atmosférica, do solo e da água, por exemplo. Déficit que também já afeta a qualidade das relações humanas, mais evidente nos centros urbanos, marcadas pelo individualismo e consumismo. Falta muito para se construir uma mentalidade que interfira no presente, visando um projeto de uma nova civilização, superando os conflitos de grupos que se polarizam no poder.

Os desafios que têm origem nos conflitos de interesses de grupos sociais devem ser analisados pelos assistentes sociais que atuam em Educação Ambiental para que a prática profissional não venha a se tornar ingênua ou sem efetividade nos problemas comunitários contemporâneos. Assim, os profissionais que atuam em consonância ~~aos~~ a estes princípios deverão fazer a crítica ao modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação econômica, na depredação dos recursos naturais e na falta de diálogo com as culturas e grupos minoritários.

Qualidade de Vida: Valores e Participação Social

A qualidade de vida vem se constituindo temática polêmica, apesar de cada vez mais presente no discurso de políticos, artistas e profissionais de todas as áreas. Sua conceituação é

bastante difícil, dada a amplitude dos fatores que a integram. De toda forma, está sempre vinculada a um projeto de felicidade para o que o homem obtenha o que lhe é prioritário para sua plena satisfação.

No Serviço Social esta temática está relacionada aos objetivos da profissão, voltados à conquista de direitos sociais. Mesmo não aparecendo explicitamente na maioria de seus documentos, qualidade de vida abarca um rol de indicadores sociais levantados pelos profissionais em suas propostas de trabalho. A conquista da cidadania, justiça social, entre outras metas, implicam a elevação de patamares de qualidade de vida da população, embora esta discussão ainda seja recente na profissão. Para Sposati (1997):

“A noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democracia do acesso às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entendeu-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto - da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade” (p.32).

Este conceito integra diversas dimensões relacionadas às necessidades humanas e às exigências da vida social. Diz respeito à qualidade e a democratização do acesso a bens e serviços, a medidas de proteção do meio ambiente, a melhor redistribuição da riqueza social e tecnológica, levantando princípios relacionados à justiça social. As reflexões sobre qualidade de vida deverão priorizar a identificação dos critérios e processos, com que cada sociedade elabora, concretiza e distribui entre os seus membros os diversos fatores que configuram patamares qualitativos de vida.

No caso da sociedade brasileira, a ausência de políticas sociais públicas que se estendam a toda a população tem comprometido a implementação dos direitos de assistência social, preconizados pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social⁹ e gerado a

⁹ Lei Federal n.º 8742 de 07/12/1993 preconiza a montagem gradativa de um sistema regulador das desigualdades sócio-econômicas como forma de enfrentamento da exclusão social, através do acesso de todos os habitantes a um padrão básico de vida.

depreciação da qualidade de vida de amplos segmentos populacionais. Cada vez mais intensamente, a população vê-se forçada a aglomerar-se em moradias inadequadas e sem infraestrutura sanitária, a desgastar-se na procura de serviços básicos de saúde, de educação e de transporte, entre outros necessários à sua sobrevivência. A contrapartida deste quadro de exclusão social é a existência de uma elite econômica, que se beneficia da alta tecnologia, do consumo de artigos sofisticados, instalada em suntuosas residências. A desigualdade, além da carência econômica que provoca nos setores vulnerabilizados socialmente, instiga a formação de uma postura individualista com o conseqüente sentimento de indiferença entre as camadas sociais. Para Sposati (1996) :

“Esta desigualdade cinde os habitantes, quebra o sentimento de semelhança e faz predominar o sentimento negativo de diferença, fomentando intolerância, discriminação e segregação” (p. 08).

No Mapa da Exclusão Social¹⁰, a exclusão é entendida como “a impossibilidade de poder partilhar a sociedade” (p. 13), ou seja, não se trata de um processo individual que acomete algumas pessoas, mas resulta de “uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira” (p. 13). Os índices de Exclusão Social apontados por este estudo referindo-se à Autonomia, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Humano e Equidade arrolam as seguintes situações de exclusão, dentre outras:

- . “Estar em situação social limite e situação de abandono.
- . Viver no limiar de sobrevivência cotidiana.
- . Ausência de condições de partilhar da consciência social.
- . Impossibilidade de representar suas necessidades, interesses e idéias.
- . Ausência de garantias e necessidades especiais sem cobertura a situações de vulnerabilidade e risco.
- . Ausência de democracia e de fóruns de decisão participativa.
- . Ausência de segurança pessoal.

¹⁰ Pesquisa coordenada pela Professora Aldaíza Sposati e realizada, entre outros, pelo Núcleo de Seguridade e Assistência da PUC/SP que teve por objetivo apontar os índices de exclusão social por distritos e suas discrepâncias, estabelecendo relações entre os dados que possibilitem uma percepção diferenciada sobre as condições de vida na cidade de São Paulo.

. Ausência de segurança jurídica” (p. 58-59).

A dimensão coletiva das situações de exclusão, tal como apresentada no Mapa encontra ressonância no Relatório sobre as Condições das Cidades Brasileiras ¹¹, desenvolvido pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, indicando pareceres sobre a situação das cidades brasileiras. Este documento constituiu subsídio para as discussões do Encontro HABITAT 2:

. “o brasileiro mora em um ambiente urbano degradado. Essa degradação é resultado da pobreza generalizada e da falta de controle efetivo da poluição do ar, da água e da terra;

. a urbanização no Brasil é excludente, desorganizada, centralizadora e desordenada;

. a má qualidade de vida nas cidades brasileiras é fruto de poucos investimentos governamentais em infra estrutura. A partir dos anos 80, em função do endividamento externo, o Brasil passou a investir menos na infra estrutura de suas cidades;

. ainda assim, o Brasil está à frente de outros países da África e Oriente, já que existe no país uma rede urbana instalada e funcionando.”

Nesta configuração, chega-se mais próximo ao que se opõe à qualidade de vida do que propriamente ao seu conceito. Por antagonismo sabemos que ela integra fatores diferenciados, tais como: as condições de vida urbana, o trato ecológico ao meio ambiente, a produção e distribuição de bens e serviços, a satisfação das necessidades humanas.

Qualidade de vida sugere portanto, a discussão das necessidades humanas, infinitamente suscetíveis; sua concepção deverá integrar, ao nosso ver, vários enfoques que possam abarcar a sua totalidade. Neste estudo, qualidade de vida e Educação Ambiental deverão incluir também a humanização do homem, dos grupos e comunidades para ser alcançado um patamar de transformação social, através de políticas sociais públicas .

Uma das contribuições mais significativas da Educação Ambiental para o debate contemporâneo é propor uma nova relação homem-natureza, na qual, através da consciência de

¹¹ Folha de São Paulo, 30/01/96, 3.º Caderno, pag. 01.

sua dimensão natural, o homem possa encontrar maior equilíbrio interior.

A partir deste encontro consigo mesmo, articulando tudo o que compõe a sua interioridade, vislumbramos um homem com maior preparo para juntar-se aos outros homens, num projeto de transformação social. Para Gomes (1997) faz-se necessário: “compreender a necessidade da superação da dicotomia Homem X Ecologia, passando a visualizá-los como componentes do mesmo processo, o “Estar no Mundo”, onde o Ser Social e o Ser Natural sejam apenas uma divisão didática, para uma melhor compreensão do “Estar no Mundo” na sua singularidade, particularidade e universalidade” (p.146).

Agnes Heller ¹² apresenta significativa contribuição para o tema, discorrendo sobre os “carecimentos radicais”, ou seja, “todos os carecimentos nascidos na sociedade capitalista e que não podem ser satisfeitos dentro dos limites desta sociedade...” (1982, p.33). A satisfação dos carecimentos radicais demanda a construção do socialismo democrático, referindo-se a um projeto a ser realizado mediante a revolução das formas de vida social e política.

A revolução a que Heller se refere não será automática, implicará um período de tempo e incorporará, além das esferas político-econômica, a rede de relações sociais e humanas. A autora recupera o sentido da tradição no sistema de carecimentos e aborda as possibilidades de transformação social, que não se dão de forma abrupta, mas acompanhando a modificação da estrutura de carecimentos humanos, o que ocorre através das diferentes gerações.

Heller aponta a necessidade da emergência de novos valores na vida social, os quais darão suporte a maiores patamares de qualidade de vida. Assim, concepções sobre ética, valores e transformação das relações sociais colocam-se como componentes decisivos para a revolução das formas de vida. Estabelece a relação entre a liberdade humana e os sistemas normativos que existem em situações sociais concretas, discorrendo sobre a força dos valores aceitos socialmente, principalmente nas sociedades mais tradicionais. No entanto, afirma que existe uma relativa autonomia de escolha e interpretação, gerando a responsabilidade individual pelas ações.

¹² Agnes Heller – filósofa, discípula de Gyorgy Lukács, tem publicado estudos como *O Cotidiano e a História*, *Anatomia da Esquerda Ocidental*, *Para Mudar a Vida e Políticas da Pós Modernidade*, entre outros

Ou seja, os determinantes sociais não condicionam por si só as ações humanas, mas exercem influências sobre elas.

O surgimento de uma nova sociedade está relacionado à emergência de novos valores, que dêem base para “uma nova socialidade, nova solidariedade e novas formas institucionais de vida” (p.146). Lembra a autora que a sociedade capitalista não propicia a satisfação de muitos dos carecimentos de natureza qualitativa, por isto é tão limitada nos patamares que gera de qualidade de vida. A convivência social baseia-se em normas éticas próprias, as quais, em seu caráter histórico-social, são válidas para o conjunto da sociedade. “Ética sempre significou e continua a significar hoje, que o sujeito desenvolve uma relação individual com o sistema de valores da sociedade à qual ele se refere” (p.150), pois qualquer escolha ética concreta é individual. Acrescenta estas idéias ao debate marxista afirmando que “as escolhas de classe são, na realidade, o resultado das escolhas individuais; e todo indivíduo é responsável por suas próprias escolhas” (p.150).

Todo sujeito mantém uma relação com o sistema de valores da sociedade à qual pertence. Nas sociedades mais conservadoras, o indivíduo tem menor possibilidade de escolha para suas decisões, pois os sistemas normativos são mais rígidos, dificultando o pleno desenvolvimento humano. Nas sociedades modernas a margem de escolha é mais ampla, apesar disto, lembra a autora, existem limites à plena liberdade humana, pois as normas derivam em parte do ambiente e da classe social, configurando um campo de escolha.

O homem tem alternativas, mas relativa autonomia de escolha e de interpretação. “Relativa significa que a situação social concreta e os diversos sistemas normativos definem os limites no interior dos quais podemos interpretar e realizar determinados valores” (p.151).

Abordar a dimensão valorativa na prática profissional do Serviço Social tem importância fundamental, pois partimos da suposição de que a atuação do assistente social visa fundamentalmente à transformação de atitudes e valores nas esferas individual e coletiva. Mas, normalmente, na maioria dos campos de trabalho, o profissional não percebe o que subjaz à sua intervenção, nem sempre tem clareza dos conteúdos que trabalha com os usuários, em seu

discurso e ação. É nosso pressuposto que, devido aos princípios norteadores das ações em Educação Ambiental, os assistentes sociais que atuam neste campo desenvolvam maior reflexão e percepção sobre qualidade de vida, priorizando o processo de formação de novos valores para a vida social.

Nossas reflexões resgatam as contribuições de Heller sobre valores, porque correspondem aos objetivos da Educação Ambiental, ao discutir o tipo de referencial adequado para formar opiniões e definir condutas, num processo de aprendizado contínuo e crítico, baseado no respeito a todas as formas de vida. As mudanças de estilo de vida para construção e manutenção de uma sociedade sustentável, somente serão possíveis pela mudança dos valores existentes instaurados pela racionalidade dominante.

A Educação Ambiental incentiva, entre outras, as atitudes de respeito às comunidades tradicionais e culturas locais, para com elas aprender a forma de resolver seus problemas concretos e cotidianos. Neste sentido seus objetivos também referem-se à justiça pois conclamam a mudanças de hábitos para um estilo de vida mais solidário e coletivo, voltados à transformação humana e social e à preservação ecológica. A transformação que se persegue relaciona-se à formação de uma sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada, requerendo responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário, ou seja, uma sociedade com patamares qualitativos para a vida social.

Contribuindo para o debate sobre as dimensões subjetivas de qualidade de vida, Heller acredita que o fator qualitativamente decisivo está na transformação das relações sociais, relativa à participação nas decisões comunitárias, ao exercício da discussão racional e ao aprendizado da convivência com o outro.

O cerne das transformações das relações sociais, conforme apreendemos do pensamento desta autora, está embasado na vivência da participação de todos os segmentos sociais nos processos decisórios da vida coletiva. A participação assume importância crucial na composição da qualidade de vida, à medida em que instiga uma postura ativa do indivíduo para a luta por seus direitos de cidadania.

A participação pode ocorrer em várias instâncias da vida social, mas será efetiva quando estiver inserida no processo das decisões políticas que condicionam a organização da sociedade, como forma de enfrentar o autoritarismo secular presente no domínio político-econômico de grupos minoritários.

No caso brasileiro, a Constituição de 1988 avança no campo dos direitos sociais, tradicionalmente marcados por políticas públicas de elitismo e discriminação. As propostas de descentralização político-administrativa e a gestão democrática incitam um novo relacionamento político entre Estado e sociedade civil, embasado na experiência da cidadania.

A gestão democrática pressupõe a participação da população com o surgimento de uma nova cultura política, que possibilite a emersão das demandas dos grupos excluídos, como enfrentamento dos graves problemas sociais dos nossos dias. Os processos participativos possibilitam maior garantia de consulta aos autênticos interesses da coletividade, ouvindo os diferentes grupos sociais.

Pensamos que pela possibilidade de inserção no nível decisório e, através do confronto e negociação entre interesses contraditórios, a participação pode vir a se constituir caminho de expressão e conquista de satisfação de necessidades, aspirações, desenvolvimento de potenciais, utilização de meios e bens sociais, com a perspectiva de transformação social. Assim, a participação, através da organização e mobilização comunitária, propicia à população integrar-se ao processo de tomada de decisões pontuais e articular-se para demandas em nível macro-social.

Sander (1984) discute a participação no contexto da Educação, correlacionando-a ao conceito de democracia. Refletindo sobre o papel histórico da Educação, o autor refere-se à função da escola e da universidade em construir e distribuir o conhecimento, através da participação responsável de todos os cidadãos (p.147). Por isto considera a escola e a universidade como espaços de possibilidade de construção da democracia, enquanto “ (...) o tipo de mediação política para alcançar uma qualidade substantiva de vida humana coletiva como objetivo ético tanto da escola como da sociedade ” (p.147).

O autor entende qualidade substantiva da vida humana como a existência de pressupostos éticos nos níveis individuais e sociais da vida humana, referindo-se aos valores de liberdade e equidade. Para Sander, a inserção destes valores num contexto cultural específico propicia o surgimento de um tipo de experiência qualitativa de vida, resguardando os momentos de opção individual e ascensão coletiva. Ressalva que “o caminho político e administrativo para a promoção de uma forma qualitativa de vida humana é o da participação, pois ela favorece a definição justa dos espaços de contribuição e de beneficiamento individual e local da experiência coletiva e nacional” (p.04).

O aspecto ético da qualidade substantiva da vida humana, alcançado através da participação relaciona-se às escolhas individuais que priorizam algumas formas de desenvolvimento econômico e convívio social, dentro de um conjunto de opções que se tornam significativas para aqueles grupos.

Em Educação Ambiental um dos instrumentos mais difundidos de participação é a Agenda 21 ¹³. A Agenda Global decorreu de um processo de negociação de dois anos antecedendo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Eco/92; contém um conjunto de objetivos, metas e indicativos de ações a serem desenvolvidos pelos países signatários. Constitui instrumento que viabiliza a organização e participação da sociedade no enfrentamento dos problemas ambientais, especialmente nos centros urbanos.

As agendas 21 Global, Nacional e Estadual contemplam recomendações de natureza participativa para a formatação das Agendas Nacional, Estadual e Local, respectivamente, através do consenso dialogado quanto a políticas e programas de desenvolvimento sustentado.

“A Agenda 21 é mais uma agenda de desenvolvimento do que uma agenda ambiental. O processo de preparação da Agenda 21 é mais importante que a Agenda em si” (Trindade, 1997, p. 260). Ela deverá ser elaborada tendo por base um processo de diálogo entre diferentes atores sociais e a tomada de decisão deverá ser sedimentada na participação de interlocutores

¹³ Agenda 21 consta de planos de ação tendo em vista o desenvolvimento sustentável no século XXI em níveis global, nacional, estadual e local.

relevantes. O autor aponta a ausência de uma “cultura de participação” (p.266) como um dos obstáculos para a sua implantação e por isto recomenda o envolvimento de um número mínimo de interessados relevantes para cada tema escolhido.

Trindade, ao discorrer sobre os processos participativos para a elaboração da Agenda 21, esclarece sobre uma de suas ferramentas, ou os diálogos entre “stakeholders”, partes interessadas em situações conflituosas, como usuários, fabricantes, fornecedores, o Estado e outras. Os “stakeholders” devem alcançar um consenso entre as demandas de desenvolvimento sustentável e das alternativas tecnológicas para implementação das decisões. Para o autor a eficácia dos diálogos decorrem da discussão de temas concretos e da efetiva participação de todos os “stakeholders” relevantes. Exemplificando, cita algumas experiências participativas, das quais destacamos o recente programa “Missões Tecnológicas de Minas Gerais”, que vêm promovendo reuniões de diálogos entre “stakeholders” importantes do Estado de Minas Gerais, definindo prioridades, demandas e as respectivas missões tecnológicas de desenvolvimento sustentável. Está previsto um espaço para a participação de instâncias municipais, estaduais, federais, organizações públicas e privadas, entidades nacionais e estrangeiras.

Capítulo 2 :
ABORDAGEM
METODOLÓGICA

O Contexto da Pesquisa

Esta pesquisa tem por objeto a prática profissional de assistentes sociais em atividades e programas de Educação Ambiental, com a finalidade de desenvolver estudos para a ampliação de conhecimentos e estratégias interventivas do Serviço Social, no campo das relações e inter-relações sócio-culturais correlatas ao meio ambiente.

Esta modalidade de prática profissional não é comumente encontrada nos espaços institucionais. Em estudos preliminares, que realizamos para dimensionar nosso universo de pesquisa, constatamos a presença de poucos assistentes sociais envolvidos em questões ambientais nas ONGs, nas empresas de consultoria e no serviço público, fato este que ocasionou certa dificuldade para formatar o próprio campo da pesquisa.

Como foco de investigação foi delimitado o âmbito do serviço público municipal das cidades de São Paulo e do A.B.C. Paulista. Foram abordados assistentes sociais e um grupo de usuários de programas de Educação Ambiental da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo. Estes profissionais estão lotados no Dept.º de Planejamento, Divisão de Educação Ambiental, prestando serviço no Centro de Educação Ambiental Parque Previdência, na região do Butantã e na Unidade Paulista. Nesta Unidade, além das atribuições próprias da Divisão, o profissional que abordamos assessora o Centro de Educação Ambiental Guarapiranga.

O primeiro Centro de Educação Ambiental - CEA foi criado junto ao Parque Previdência, vinculado ao Departamento de Parques e Áreas Verdes - Depave, subordinado à Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Através de promulgação de Lei Municipal, em 1987, foi criada a Divisão Técnica Centro de Educação Ambiental - DEA, visando garantir diretrizes e ações voltadas à preservação ambiental.

O Centro de Educação Ambiental Parque do Carmo, localizado na Região Leste da cidade, foi o segundo CEA instalado, ampliando a ação do poder público municipal nesta esfera.

Ainda no ano de 1989, este Centro incrementou a diversificação de sua área de atuação, procurando envolver empresas, entidades e instituições que se interessem pela questão ambiental.

Em outubro de 1993, foi criada a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que incorporou a Divisão Técnica de Educação Ambiental e os respectivos CEAs, vinculando-os ao Dept.º de Educação Ambiental e Planejamento. A estruturação desta Secretaria, na gestão do Prefeito Paulo Salim Maluf, decorreu de pressões de parceiros internacionais que exigiam em contrapartida à liberação de financiamentos a constituição de uma política ambiental municipal. Neste ano, posterior à Eco/92, cresceram também as pressões de movimentos sociais e de ONGs na cidade de São Paulo, como a Fundação S.O.S. Mata Atlântica, o Instituto Ecoar para a Cidadania, entre outros.

Em 1996 foram instalados os CEAs Guarapiranga e Ibirapuera. Atualmente estão sendo formados os CEAs Billings e Aclimação.

Os Centros de Educação Ambiental, enquanto unidades descentralizadas da Divisão Técnica, têm atuação no âmbito dos Parques Municipais e em outras regiões que apresentam demandas de intervenção desta natureza, como mananciais ¹⁴, ampliação de áreas verdes, poluição, projetos em bacias hidrográficas, e outras. Desenvolvem projetos nesta área considerando as demandas das realidades sócio-ambientais onde estão instalados e as possibilidades de estabelecimento de parcerias.

Os Centros de Educação Ambiental têm por objetivo sensibilizar e conscientizar a comunidade, quanto à importância de sua participação para alcançar maiores patamares de qualidade de vida, através de ações de natureza educativa. Entrevistamos dois assistentes sociais que atuam no CEA Parque Previdência e Guarapiranga, respectivamente. O Centro de Educação Ambiental Parque Previdência localiza-se no Parque Previdência, bosque remanescente da Mata

¹⁴ Manancial é o conjunto de todas as nascentes, córregos, rios e lençóis freáticos (água de poço) e represas que contribuem para o abastecimento de água.

Atlântica, sendo preservado porque continha uma estação de tratamento de água, construída há aproximadamente trinta anos. Foi inaugurado a 21 de setembro de 1979 e desde o ano de 1985 seu bosque natural é referência didática dos cursos de Educação Ambiental, nele se encontrando alguns exemplares de espécies vegetais e aves. Entre suas atribuições, deve: desenvolver programações específicas nos parques municipais, promover cursos, palestras e exposições relacionadas ao meio ambiente, formar o Herbário Municipal e o Banco de Dados sobre as plantas nativas e cultivadas na cidade de São Paulo.

O CEA Guarapiranga está situado dentro do Parque Guarapiranga, ou seja, às margens da represa Guarapiranga, que tem cerca de 152 mil m² e contribui com vinte por cento da água potável que abastece São Paulo, beneficiando aproximadamente 3 milhões de pessoas. Esta região é considerada Área de Proteção aos Mananciais.¹⁵

A Represa Guarapiranga foi construída em 1908 com a finalidade de proporcionar a geração de energia elétrica para a cidade. Em 1924, a represa passou a ser utilizada como reservatório de água potável. Mas, em função da falta de planejamento no crescimento desta região, a exemplo da ocupação de toda a cidade de São Paulo, a urbanização trouxe a degradação ambiental, afetando a qualidade de suas águas.

Desde a década de 70 existe uma legislação na esfera estadual que procura orientar a ocupação da cidade de São Paulo, no sentido da preservação de seus recursos naturais, porém o mercado imobiliário desenvolveu mecanismos de driblar a lei, através de ocupações clandestinas, muitas delas em áreas de proteção aos mananciais. A questão do lixo, a destinação de resíduos, a impermeabilização do solo e a erosão, foram, entre outras, decorrências da ocupação irracional do solo.

A população deve ter atuação permanente na fiscalização, conservação e utilização racional do espaço, em parceria com o Poder Público e exigir ações efetivas para a melhoria de suas condições de vida. O Poder Público pode ser mais ou menos visível, mas deve ser atuante

¹⁵ área de proteção aos mananciais são regiões constituídas por mananciais e que deverão ser protegidas para que tenham qualidade e quantidade suficientes para o abastecimento público.

no planejamento e coordenação das principais referências públicas e sociais (qualidade da educação, saúde, abastecimento, segurança, habitação, recursos naturais, qualidade do ambiente e outras), conforme o Caderno do Programa “Um Milhão de Árvores”, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, editado em 1995.

A normatização de diretrizes, a fiscalização de procedimentos e o estímulo às ações de preservação ambiental são competências do Poder Público, nos níveis: federal, estadual e municipal.

Observamos que no âmbito municipal, sob a gestão do prefeito Celso Pitta, as condições de trabalho dos técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente estão cada vez mais deterioradas, comprometendo a qualidade do trabalho desenvolvido. Os investimentos em recursos de infra-estrutura para o apoio técnico são cada vez menores, demonstrado pela falta de transporte, material, falta de reformas necessárias nos CEAs e ausência de incentivo financeiro à participação em cursos e programas de reciclagem profissional.

Os profissionais de nível superior, com formação na área de Ciências Humanas, que compõem o quadro técnico da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente são oriundos da Secretaria de Saúde, em decorrência de sua não adesão ao PAS – Plano de Assistência à Saúde, que representa o desmonte dos recursos da política unificada de saúde pública, implantado pelo prefeito Paulo Maluf.

Outra modalidade de trabalho do assistente social nesta área, levantada na pesquisa, é a experiência de profissionais que atuam na área de Habitação Popular e que para implementar as ações necessárias utilizam-se de programas e atividades de Educação Ambiental. Para tal, a amostra contou também com um assistente social do Núcleo de Participação Popular da Prefeitura Municipal de Santo André, prestando serviços no Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional.

No município de Santo André existem 135 núcleos de favela nos quais moram cerca de 67.000 habitantes, sem acesso a serviços adequados de esgoto, drenagem e coleta de lixo. Esta

população, além das precárias condições de moradia, sofre graves problemas de saúde pública, agravada pelo acúmulo de lixo, falta de limpeza e manutenção nos núcleos.

O poder público municipal local tem a proposta de urbanização integral das favelas, através da criação de infra-estrutura para o saneamento integrado e a regularização urbanística, envolvendo a comunidade em mutirões. A estratégia do trabalho em mutirões visa desenvolver uma dimensão pedagógica, através da organização e participação comunitária.

O objetivo geral da proposta de urbanização é promover a melhoria da qualidade de vida da população, despertando sua consciência para os problemas ambientais e de saúde pública. Decorrentes deste objetivo foram estruturados os Programas Favela Limpa, Pré-Urb e um projeto piloto de instalação de uma máquina de reciclagem de entulho junto a uma favela.

O Programa Favela Limpa está voltado à implementação de ações que promovam a limpeza dos núcleos, viabilizando a coleta seletiva de lixo e a Educação Ambiental. Estas ações consistem em limpeza dos córregos e esgotos a céu aberto, instalação de pontos de depósito e coleta de lixo e o controle de doenças infecto-parasitárias.

O Programa Pré-Urb visa realizar a urbanização gradual dos núcleos de favela contemplados com o orçamento participativo, realizando serviços de infra-estrutura, como abertura e manutenção de vias, vielas e escadarias, execução de muros de arrimo, pavimentação, sistema de drenagem e outros. As ações sócio-educativas do Pré-Urb estão embasadas na constituição de um sistema de rede local, que preconiza a interface entre as diversas secretarias municipais, coordenada pelo Departamento de Habitação.

O Pré-Urb se desdobra em duas linhas de trabalho: Pré-Urb I, ou Urbanização Gradual, que consta da execução de obras de saneamento, contenção e viária com vistas à urbanização integral e gradativa do núcleo, demandando um tempo de contato prolongado com a comunidade. Pré-Urb II, ou Intervenção Pontual, consiste na execução de obras de contenção e saneamento em determinados locais dos núcleos de favela, não implicando um tempo de contato prolongado com a comunidade.

Em São Bernardo do Campo, entrevistamos um assistente social lotado na Secretaria Municipal de Habitação e Meio Ambiente, na Divisão Shama 1, que desenvolve trabalhos de urbanização de favelas, em parceria com a Divisão Shama 2, que é o Departamento de Meio Ambiente. Este profissional coordena projetos sociais de urbanização de favelas.

São Bernardo conta com aproximadamente 700.000 habitantes, estando cerca de 40.000 pessoas morando em 115 núcleos de favela existentes na região.

Atualmente o assistente social está desenvolvendo o Projeto Pró Moradia, voltado à remoção de duas favelas: Poney Club que já foi transferida para o Conjunto Habitacional Billings, no Parque Seleta e a Favela Jardim Cláudia que ainda está em fase de preparação para ser removida ao Conjunto Habitacional Santo Inácio. As áreas onde estão instaladas as referidas favelas apresentam condições extremamente precárias e de risco ambiental, pois situam-se em regiões abaixo da quota da Represa Billings, sujeitas a inundações.

O projeto Pró Moradia é desenvolvido em parceria de com a Caixa Econômica Federal, que o financia.

PERCURSO METODOLÓGICO

“Numa concepção crítica da realidade social, a realização de pesquisas não é vista somente como um processo unilateral. Ao contrário, é concebida como um processo multidirecionado e de ampla interação entre sujeito e objeto do conhecimento. Nesse caso, nem sempre o consenso, a linearidade e a ordenação podem ser considerados como indicadores de qualidade teórico-metodológica e da relevância do produto final. É necessário, também, facilitar a emergência das contradições que representam os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Nessa ótica, mesmo que o investigador parta de algumas hipóteses teóricas, ele estará constantemente atento a elementos que possam emergir como importantes durante o estudo, aspectos não previstos, dimensões não estabelecidas a priori”. (Franco, 1994, p. 151).

Lançar-se ao desconhecido com abertura para buscar novos dados e dimensões não previstas e para reconstruir o objeto quando necessário, são aspectos que privilegiamos na presente pesquisa. Nesta perspectiva, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, considerando que esta modalidade de investigação permite maior aprofundamento para o tema em estudo e para a compreensão da totalidade e do dinamismo interno das situações investigadas, com ênfase na sua compreensão e explicação.

Privilegiamos o contato direto com os sujeitos de pesquisa, tendo em vista que isto irá propiciar maior apreensão dos significados que eles atribuem à sua prática. O movimento investigativo a ser empreendido deverá resgatar o que fazem os assistente sociais, suas estratégias e instrumentos de trabalho e suas concepções sobre temas centrais deste estudo: Educação Ambiental e qualidade de vida.

Definimos como universo de pesquisa assistentes sociais envolvidos com programas de Educação Ambiental, no âmbito do serviço público municipal da cidade de São Paulo e cidades da região do A.B.C. Paulista.

A amostra foi constituída por profissionais, que estão desenvolvendo trabalhos em Educação Ambiental na Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo. Foram escolhidos os que atuam nesta secretaria há mais de dois anos, considerando o tempo de trabalho como um indicador de bagagem profissional.

Os assistentes sociais lotados na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo foram indicadas pela coordenação da Divisão Técnica de Educação Ambiental, a quem foi solicitado informações sobre a configuração do quadro de assistentes sociais desta Secretaria e a indicação de daqueles com experiências significativas na área.

Recebemos a indicação de um profissional vinculado diretamente à Divisão de Educação Ambiental, prestando serviços em escolas, entidades e assessorando o Centro de Educação Ambiental Guarapiranga. O outro profissional apontado tem atuação no Centro de Educação Ambiental Parque Previdência.

Tal modalidade de amostra, de tipo intencional, dentro dos pressupostos da amostragem não probabilística, permite a escolha dos sujeitos de pesquisa, dentro de contextos determinados.

Incluimos as experiências de assistentes sociais em Educação Ambiental nos municípios do A.B.C. Paulista. Esta região foi escolhida pela proximidade geográfica com a Cidade de São Paulo, por constituir-se área de manancial, em grande extensão, tornando prioritária a intervenção em questões ambientais. Foi também considerado o fato de que a região possui uma escola que oferece um curso de Especialização em Educação Ambiental, através da Fundação Santo André, o que retrata a procura e preocupação dos profissionais da região por estas questões.

Em nosso levantamento não encontramos assistentes sociais lotados em Secretarias do Meio Ambiente, nesta região. No entanto, em contato com profissionais vinculados às Secretarias de Habitação, tomamos conhecimento de algumas experiências na área, relacionadas à Educação Ambiental. Estas experiências vêm sendo desenvolvidas por:

- . 02 assistentes sociais na Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo;
- . 01 assistente social na Prefeitura Municipal de Diadema;
- . 02 assistentes sociais na Prefeitura Municipal de Santo André.

Neste mesmo levantamento constatamos que a Prefeitura Municipal de São Caetano, a Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires e a Prefeitura Municipal de Mauá não têm assistentes sociais desenvolvendo programas ou atividades relacionadas à Educação Ambiental.

Foram escolhidos um profissional de cada cidade, com o objetivo de conhecer as diferentes configurações de trabalho. Consideramos ainda como critério da amostra o tempo de exercício profissional, escolhendo aqueles com mais de dois anos no exercício em atividades voltadas à Educação Ambiental.

Com a finalidade de nos aproximarmos dos usuários dos referidos programas realizamos um grupo temático procurando conhecer a importância que lhes atribuem, o tipo de atividade que

desenvolvem, os motivos que os levam vincular-se a estas programações, suas concepções de qualidade de vida e Educação Ambiental, visando estabelecer uma correlação entre o que expressam os assistentes sociais nas entrevistas e o que os usuários têm vivenciado.

A investigação qualitativa contempla, não apenas a descrição dos fatos, mas também reflexões sobre os sentimentos subjacentes à vivência destes fatos, bem como permite identificar o significado que os profissionais e usuários conferem às suas experiências em Educação Ambiental, pois este campo sugere um aprofundamento das reflexões pessoais, comportamentos e compromissos sociais.

A pesquisa ficou assim configurada:

. Definição do campo de pesquisa: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo; Secretaria da Habitação e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Bernardo e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Santo André.

. Definição do critério da amostra:

. Assistentes sociais: profissionais vinculados a trabalhos em Educação Ambiental há mais de dois anos, que conseguimos localizar na etapa onde foi realizado o levantamento de dados e que aceitaram participar da pesquisa.

. Usuários de Programas de Educação Ambiental: membros do Clube dos Amigos das Orquídeas do Centro de Educação Ambiental Parque Previdência que aceitaram participar da pesquisa.

Utilizamos como instrumento a entrevista semi-estruturada, considerando que:

“a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (Lakatos, 1986, p.70).

O caráter de interação que permeia os processos de entrevista permite uma certa flexibilidade no encaminhamento das questões, oportunizando a emergência das falas e reflexões dos assistentes sociais sobre a sua prática profissional. Para a realização das entrevistas elaboramos

um roteiro de orientação procurando assegurar aqueles aspectos que focam nosso objeto de estudo e também aqueles que, ao circundá-lo, podem favorecer maior conhecimento da realidade investigada. Esta modalidade de instrumental permite também a retomada de pontos obscuros e o aprofundamento de alguns pontos relevantes que emergem no decorrer do próprio processo de entrevista.

Nesta perspectiva estabelecemos como tópicos norteadores da entrevista:

- . identificação / escolaridade / especializações;
- . tempo de trabalho em Educação Ambiental;
- . diferentes compreensões sobre de Educação Ambiental e qualidade de vida;
- . operacionalização do trabalho;
- . aspectos privilegiados na prática em Educação Ambiental.

A análise e interpretação nesta pesquisa procurou contemplar a organização e sistematização dos dados coletados num movimento de correlação entre a fundamentação teórica e as categorias empíricas emergentes dos relatos das entrevistas. As categorias empíricas constituem os eixos principais da análise de dados, que pretende estabelecer a relação entre a rede conceitual e empírica do objeto de estudo.